



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação
Comunicação Oral

PODER E INFORMAÇÃO: NEXOS E CAUSALIDADES PARA O ESPAÇO ORGANIZACIONAL¹

POWER AND INFORMATION: NEXUS AND CAUSALITIES FOR ORGANIZATIONAL SPACE

Samir Elias kalil Lion, UFBA
samirlion@ig.com.br

Zeny Duarte de Miranda, UFBA
zenydu@gmail.com

Resumo: As unidades de informação são cidadelas do saber, abrigando em seu espaço informações registradas sob os mais variados suportes, possibilitando a fruição do saber, o prazer da leitura, o usufruto da cidadania, a aprendizagem duradoura, o desenvolvimento cultural e o crescimento intelectual do indivíduo. Nestes lugares o atendimento as necessidades do usuário, o desenvolvimento/tratamento eficiente da documentação, coleções e acervo, bem como a plena disseminação da informação são resultados esperados pela própria organização e pelo usuário. E isso pode ser estendido para todos os espaços informacionais, pois, são representações dos espaços próprios da vida social. Por isso, refletir acerca de questões do poder organizacional em unidades de informação poderá contribuir com ações de melhoria no processo político organizacional que se forma nos espaços de trabalho. Assim, objetiva-se consubstanciar entendimentos entre a informação e poder, no sentido de discutir seus possíveis nexos e causalidades para o espaço organizacional. Conclui-se que se a informação é conhecimento e o conhecimento é poder, então a informação é poder. Ou seja, a assimetria da informação em ambientes organizacionais é um elemento que gera incerteza: quem for capaz de diminuir a incerteza terá mais informações e consequentemente mais poder.

Palavras-chave: Poder; Informação; Política; Unidades de informação - Poder organizacional; Unidades de informação – Política.

Abstract: The units of information are citadels of knowledge, sheltering in its space information recorded under various brackets, this enables the enjoyment of learning, the pleasure of Reading, the enjoyment of citizenship, lifelong learning, cultural development and intelectual growth of the people. So, reflect on issues of organizational power in units of information may contribute to improvement actions in organizational political process that forms in workspaces. Thus, the objective is to

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

substantiate understandings between information and organizational power in order to discuss their possible connections and causalities. It conclude that information is knowledge and knowledge is power, then information is power. I.e., the asymmetry of information in organizational settings, as well as the external environment is na elemento that generates uncertainty: who is able to reduce uncertainty will have more information and therefore more power.

Keywords: Power; Information; Policy; Units of information-organizational power; Units of information-organizational policy.

1 INTRODUÇÃO

Em unidades de informação o atendimento às necessidades do usuário, o desenvolvimento/tratamento eficiente da documentação, coleções e acervo, bem como a plena disseminação da informação são resultados esperados pela própria organização e pelo usuário. Para tanto, faz-se necessário promover ações permanentes voltadas para o constante aperfeiçoamento da relação homem-trabalho-ambiente.

Segundo Barbalho (2012), reunir, organizar e disponibilizar irrestritamente a informação registrada de modo a contribuir para a geração de indivíduos conscientes e críticos é a função destas instituições culturais cujo caráter democrático de dar acesso ao conhecimento caracteriza sua ação social.

A autora afirma que esses lugares são cidadelas do saber, abrigando em seu espaço informações registradas sob os mais variados suportes, possibilitando a fruição do saber, o prazer da leitura, o usufruto da cidadania, a aprendizagem duradoura, o desenvolvimento cultural e o crescimento intelectual do indivíduo.

E isso pode ser estendido para todos os espaços informacionais, pois, são representações dos espaços próprios da vida social que contribuem para a construção da memória coletiva de modo a oferecer ao cidadão um lócus de conhecimento e cultura.

Com base nisso, reflexões acerca de questões do poder organizacional em unidades de informação poderão contribuir com ações de melhoria no processo político organizacional que se forma nos espaços de trabalho.

E também na forma como os profissionais da informação percebem as situações ou a maneira com as quais os seus esforços pessoais e profissionais podem modificar o seu ambiente de trabalho, principalmente nos elementos que são a manifestação do poder organizacional que tangenciam: os estilos de funcionamento de liderança organizacional, as bases estruturais de poder organizacional, os fatores que conduzem a conflito e retaliação pelo não acesso ao poder e a dependência de tarefas e resultados entre os membros de equipes de trabalho.

Portanto, o objetivo deste artigo é consubstanciar entendimentos entre a informação e poder, no sentido de discutir seus possíveis nexos e causalidades para o espaço organizacional. Para tanto foi desenvolvido este estudo a partir de textos tanto da Ciência da Administração quanto da Ciência da Informação.

2 INFORMAÇÃO E PODER

A informação é o objeto de estudo da Ciência da Informação – CI. Segundo Lima (2003), essa área nasceu formalmente em 1962, em uma reunião do *Georgia Institute of Technology*, da necessidade de se dar conta do grande volume informacional surgido a partir da revolução técnico-científica posterior à II Guerra Mundial, onde as áreas do conhecimento humano passaram a demandar um nível de organização da informação. Desde então muitos são os conceitos para a CI.

Borko (1968) alerta que a CI é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação e os significados do processamento da informação, visando a acessibilidade e a usabilidade.

A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão e uso da informação. Ela tem, prossegue o autor, tanto um componente de ciência pura, através de pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços.

Isso significa dizer que, partindo-se de Borko, deverá haver, por parte da CI, uma preocupação com a origem, organização, tratamento, armazenamento da informação para sua posterior recuperação, transformação e uso pelo usuário. Incluindo-se as pesquisas: tanto em sistemas naturais como artificiais, em sistemas de programação e informação, em mediação entre humanos, em registros físicos de valor histórico, entre outros.

Com isso, já se percebe a interdisciplinaridade da CI, que para dar conta do seu trabalho com a informação requer relacionamentos com áreas como a matemática, lógica, linguística, psicologia, comunicação, artes gráficas, biblioteconomia, arquivologia, museologia e administração.

Em 1980, Foskett afirmava que a CI é uma disciplina que surge de uma fertilização cruzada de ideias que incluem a velha arte da biblioteconomia, a nova arte da computação, as artes dos novos meios de comunicação e aquelas ciências como psicologia e linguística que,

em sua forma moderna, têm a ver diretamente com todos os problemas da comunicação – a transformação do conhecimento organizado.

Ou seja, com o decorrer do tempo entre Borko e Foskett, tornou-se mais claro a natureza interdisciplinar da CI, provando que ela tem a informação como essência, interpenetrando-se e se interconectando com os ramos do conhecimento humano que produzem informação e que, portanto, necessitam prementemente da organização dessa informação. A partir de Foskett é possível inferir que há uma forte correlação entre informação e conhecimento, num sentido, e conhecimento e informação, em outro sentido.

Em 1996, Saracevic apontou que a CI é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltada para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional (e organizacional) ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

De Foskett até Saracevic há um reforço para a interconexão entre informação e conhecimento, transparecendo que nos anos de 1990 a percepção da importância das novas tecnologias para a área da CI já estava bastante clara.

A partir de Saracevic é possível vislumbrar o aparecimento do usuário como pólo importante no trabalho com a informação, pois o autor traz uma dimensão social para o uso da informação, além de tangenciar o profissional da informação e citar o termo ‘necessidades informacionais’.

Barreto (2007) salienta que o conhecimento, destino da informação, é organizado em estruturas mentais por meio das quais um sujeito assimila a ‘coisa’ informação. Conhecer é um ato de interpretação individual, uma apropriação do objeto informação pelas estruturas mentais de cada sujeito.

As estruturas mentais não são pré-formatadas, no sentido de serem programadas nos genes, mas sim construídas pelo sujeito sensível que percebe o meio. A geração do conhecimento é uma reconstrução das estruturas mentais do indivíduo, realizado através da sua competência cognitiva, ou seja, é uma modificação em seu estoque mental de saber acumulado, resultante de uma interação com uma forma de informação.

Esta reconstrução pode alterar o estado de conhecimento do indivíduo, ou porque aumenta seu estoque de saber acumulado, ou porque sedimenta o saber já estocado, ou porque reformula o saber anteriormente estocado.

Ou seja, a partir de Barreto é possível verificar o usuário como um dos protagonistas da CI, pois de nada adianta organizar a informação sem que ela possa ser recuperada, e quem

recupera a informação é o usuário que a usará, dentro da sua estrutura cognitiva, para atender a alguma necessidade informacional.

Outra inferência que se faz a partir de Barreto, e que é reforçado por Almeida Júnior (2009), é: se a informação é capaz de ou aumentar o estoque de saber acumulado do usuário, ou de sedimentar o seu saber já estocado, ou de reformular o saber anteriormente estocado, é porque o usuário está em um estado de incerteza, ou, conforme Ingwersen e Belkin, em um estado anômalo de conhecimento.

Dito de outra forma: o usuário percebe uma lacuna informacional em sua estrutura mental que não pode ser preenchida pelas suas lembranças, experiências e nem pela sua capacidade de dedução, daí ele dispara o processo mental de busca pela informação, que ocorrerá fora da sua mente.

Bellotto (1998) acrescenta, em relação à informação, que a informação arquivística tem a especificidade de ter um cunho jurídico-administrativo, além de ser relativa ao funcionamento das organizações e entidades.

A autora observa também outras formas com que a informação se apresenta: a) a informação jornalística, que é a da mídia em geral, b) a informação técnico-científica, que trabalha e registra o conhecimento humano e c) a informação sociocultural, que trabalha e registra os aspectos relativos à cultura, sociedade e vida das pessoas.

Silva e Gomes (2013) acrescentam, ainda, que a informação pode ser vislumbrada em vários níveis, a saber:

linearmente entre emissor/autor e receptor/usuário; conflituosamente entre emissor/autor e receptor/usuário (envolve questionamentos e comumente processos de dominação do primeiro sobre o segundo); da relação entre dados e informação; da mensagem concebida para a informação (construção de sentidos ou compreensão de um fenômeno); da informação para o conhecimento. Historicamente, em especial a partir da década de 1960, a informação tem sido concebida em termos político-institucionais (representações de cunho governamental em esfera federal, estadual, municipal, parceria pública e/ou privada de natureza nacional-internacional) e político-científicos (elaboração de políticas/programas/modelos de informação de caráter público e privado). (SILVA; GOMES, 2013, p.7-8).

A informação, para Bellotto, pode assumir ainda algumas acepções: a) pode ser considerada tudo o que o receptor recolhe, ou se apercebe, antes que nele se verifique qualquer processo intelectual, segundo Desantes Guanter (1987); b) pode ser o conhecimento escrito/gravado sob forma escrita, impressa, numérica, oral ou audiovisual, segundo Le Coadic (1996), c) pode ser a ação e o efeito de comunicar dados, segundo Veja de Deza (1996); d) pode ser ‘coisa ou objeto’ mais do que processo ou conhecimento, conforme

Buckland (1991), ou, e) segundo Lopes (1996), a informação pode ser qualquer atribuição do pensamento humano sobre a natureza e a sociedade, desde que verbalizada ou registrada.

Dentro das inúmeras acepções, especificidades e níveis que tem a informação, Bellotto (1998, p.22) traz este importante entendimento sobre o objeto da Ciência da Informação:

Em qualquer destas abordagens apercebemo-nos de que a informação necessita de um veículo, de um suporte para ser transferida, para ser registrada e conhecida posteriormente à sua produção. A informação seria, portanto, uma substância, uma matéria que passa pelo processo de comunicação para chegar a um receptor que dela faz uso e consumo. [...] na vastíssima área da informação/comunicação/documentação definem-se campos específicos marcados pela diversidade da informação quanto à sua natureza, seu armazenamento, sua disseminação e seus públicos de interesse. (BELLOTTO, 1998, p.22).

Repare-se que esse importante entendimento de Bellotto encontra amparo em Borko, Foskett, Saracevic e Barreto. E tem a ver, de forma visceral, com a organização da informação para sua posterior recuperação, pois, como dito, de nada adianta organizar uma informação que não pode ser recuperada.

Daí a necessidade de se dar atenção para a natureza, armazenamento e disseminação da informação para que possa haver a recuperação da informação pelos seus públicos de interesse, ou seja, como salienta Smit (2004), para que ocorra o ‘milagre da CI’.

Isso porque, segundo Silva (2002), o oceano de informações pelo qual navega a humanidade pode apresentar um saber organizado à medida que os conteúdos atendam ao público no que este demandar, no que lhe faz sentido, afinal, a possibilidade de mudança de site, de canal ou de dial dá ao indivíduo moderno a própria escolha da construção do saber.

A partir de Bellotto, Borko, Foskett e Saracevic se pode inferir que a organização da informação é condição indispensável para sua posterior recuperação, pois de nada adianta organizar uma informação que não pode ser recuperada. E a partir de Barreto e Almeida Junior se pode inferir que o ser cognocente (usuário) busca a informação movido por um estado de incerteza.

A busca pela informação a partir de um estado de incerteza também ocorre no ambiente organizacional (incluindo as unidades de informação enquanto organizações). Trabalhadores em seu ambiente laboral lidam basicamente com fluxos informacionais nos seus processos de trabalhos, portanto lidam com incertezas, incompletudes de conhecimento, assimetria de informações.

Com isso, é possível prever que, no ambiente laboral, aquele que detém informação, aquele que tem conhecimento, é aquele que detém algum nível de poder. Isso faz com que, em maior ou menor nível, nas organizações, informação, conhecimento e poder sejam quase sinônimos.

Frohmann (2008) acrescenta que a informação enquanto poder (ou o poder da informação) está na sua materialidade. Nesse sentido, o autor traz o exemplo dos registros psiquiátricos.

Estes são produzidos e disponibilizados em instituições psiquiátricas, cujas rotinas e processos adicionam peso e massa aos registros. Conforme os registros se movem entre os departamentos da instituição, eles disparam eventos que os farão migrar para instituições legais. Por isso, os registros são admitidos em procedimentos e processos judiciais, nos quais têm repercussões importantes. Um registro psiquiátrico autenticado legalmente, prossegue o autor, tem mais peso e impacto do que aquele que ainda não migrou para a arena legal. E até estes possuem alguma importância simplesmente por estarem sujeitos a uma divulgação legal.

Para Frohmann, além do caráter público e social da informação, o seu conceito de materialidade é muito mais rico, porque muito do caráter público e social da informação depende da sua materialidade.

O autor expressa que sem a atenção à materialidade, grande parte das considerações sociais, culturais, políticas e éticas, tão importantes para os estudos da informação, se perdem. O conceito de materialidade da informação consegue, pois, conciliar o conceito de informação com os estudos das práticas públicas, sociais e organizacionais, ou seja, é uma ponte que liga a informação às práticas nas esferas pública, organizacional e sociais. Tal conceito é importante quando se deseja investigar o que fazem os sistemas de informação que são materializações dos eventos cognitivos das mentes dos membros das equipes laborais.

[...] conceito de informação num sentido imaterial, presente numa mente, implica a limitação dos estudos dos efeitos dos regimes de informação a investigações de mudanças na consciência individual. De acordo com esse modo de pensar, os efeitos sociais [organizacionais] e públicos dos sistemas de informação tornam-se reféns da questão de quantos indivíduos são afetados. Se a consciência de muitas pessoas se modifica, então, de acordo com essa forma de pensar, um fenômeno social aconteceu. (FROHMANN, 2008, p.21).

Essa imaterialidade da informação ainda latente na psiquê do ser cognocente, apesar de importante, é insuficiente para dar conta, mensurar ou perceber os aspectos públicos, políticos, organizacionais e sociais da informação. De modo que é na materialidade que reside

um dos poderes da informação, quando esta se materializa é que se pode perceber as incertezas e incompletudes da mente que levaram à busca da informação, para que a sua transformação possa preencher alguma necessidade de uso nos espaços da vida, sejam eles públicos ou organizacionais, pois todos são espaços construídos socialmente.

O autor denomina essa imaterialidade de ‘conceito mentalista da informação’, que é aquele no qual a informação é concebida como algo que está presente na mente em estado de compreensão (seja essa proveniente da leitura de um documento ou da leitura de mundo) que privilegia os estudos da informação focados nos indivíduos como agentes de atividades e práticas de interesse dos estudos da informação.

Para Frohmann a abordagem mentalista, que se correlaciona à imaterialidade da informação, é insuficiente porque as pessoas, tomadas individualmente, não são os agentes primários dos aspectos sociais, políticos, públicos, econômicos, culturais e organizacionais da informação, estes aspectos são construídos coletivamente, o que torna necessário uma abordagem materializada para explicar a informação nesses aspectos.

Tal materialidade é encontrada também em Buckland (1991), que enuncia a informação em três níveis: a informação como ‘coisa’, a informação como ‘processo’ e a informação como ‘conhecimento’. “A informação-corno-coisa atribuída aos objetos é materializada e, portanto, possui a qualidade de conhecimento comunicado, algo que informa, podendo ser materializada, por exemplo, nos documentos.” (FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 160).

A materialidade da informação, ou a coisificação da informação, é o momento em que ela sai do ambiente íntimo de significação e ressignificação do sujeito (sua mente) e, ganhando a liberdade que é própria do pensar, adentra em outras mentes para dar continuidade a esse ciclo infinito de construção de saberes, pois uma informação desprovida de sentido é meramente um dado, algo que existe no real, mas não o transforma. A materialidade da informação pode ser considerada, pois, como a manifestação do saber que é construído coletivamente.

No sentido de a informação enquanto poder (ou o poder da informação) se manifestar na sua materialidade, outro autor referenciado é Foucault. Segundo Junior e Elias (2011), ao considerarmos a filosofia de Michel Foucault e sua intensa reflexão sobre a questão do poder e seus instrumentos (aparelhos, dispositivos e discurso) nos diversos contextos sociais, torna-se evidente e análoga a questão da constituição e acumulação de acervos documentais orgânicos numa perspectiva de assegurar a materialidade de um discurso na constituição de um poder.

Os instrumentos são o registro do discurso, uma forma de ligar mentes, desejos, significados, paixões etc., uma forma de materializar o pensado, de transmiti-lo, não só aos contemporâneos, mas também aos que não vivem mais.

Foucault (2007) esclarece, ainda, o papel definidor das ideologias nas práticas discursivas [...]. Vale ressaltar que as práticas discursivas são vistas pelo autor como intrínsecas ao saber [...]. Outro ponto fundamental de influência da ideologia é a formação dos objetos [aparelhos, dispositivos, documentos] - o autor lembra que os objetos a que se direcionam o discurso e o próprio ato de se produzir discurso sobre determinado objeto são fruto de um conjunto de relações determinadas. (ZILLER; CARDOSO, 2008, p.2).

Junior e Elias destacam, em relação à materialidade da informação, que uma das primeiras análises feitas por Foucault sobre a construção e função dos arquivos e documentos foi no livro *Arqueologia do Saber*, publicado em 1969, onde se dedica ao estudo da utilização e propriedade do arquivo segundo sua visão teórica a partir de metodologias de pesquisa utilizadas em obras anteriores.

Onde, também, para chegar às definições sobre arquivo, apresenta uma construção que inicialmente baseia-se na construção do signo e da palavra, a partir dessa análise gradativa vai identificando as funções, construções e utilizações do arquivo e do documento, que são materialidades da informação.

A abordagem de Foucault acerca dessa materialidade (o arquivo), no sentido da construção de saberes, sugere-a como dispositivo de afirmação/construção desses saberes, relativizando a questão do documento como um 'monumento' repleto de intenções, e consequentemente de poder. Nessa visão, Foucault traz o documento (registro, matéria) como sendo um instrumento historicizado e que, portanto, é uma representação de uma ideia forjada de um fato/legado ocorrido verdadeiro no passado, então o historiador teria o papel de transformá-lo (trabalhando com a informação), oferecendo-lhe uma elaboração (matéria), um estatuto (registro). A partir dessa perspectiva o registro/materialidade (arquivo), até então rígido e custodial, perde sua 'pureza' e imutabilidade e passa a se tornar algo maleável, que se transforma conforme a manipulação (materialização de mais informações). (JUNIOR; ELIAS, 2011).

A partir de Frohmann, Buckland e Foucault, e mais especificamente de Bellotto e Frohmann, pode-se inferir que, além da incerteza (estado anômalo do conhecimento), a materialidade da informação a transforma em poder. Dito de outra forma, a incerteza gera a materialidade e necessita dela para preencher outras incertezas numa dialética infinita, isto é,

o ser cognocente apodera-se do dado e o transforma em conhecimento, num processo simbólico de infinitas ressignificações que caracterizam o ser humano como tal.

Araújo e Melo (2007) acrescentam que as reflexões de Bourdieu (1977) nos levam a considerar que o fenômeno informacional (geração, tratamento, acesso, recepção e uso) é um fenômeno cuja natureza se expressa através de poderes. Assim, a expressão ‘informação é poder’ pode e deve ser refletida em termos mais críticos, no sentido de que o poder da informação é também um poder simbólico estruturado a partir de construções coletivas, que são capitais culturais manifestados nos campos sociais por meio do capital simbólico, da competência linguística e do discurso. Silva e Morigi (2008, p.5-6) reforçam que Bourdieu (1989) [p.124] analisa os sistemas simbólicos [...] quando afirma:

Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a ideia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como ‘nós’ por oposição a ‘eles’ aos ‘outros’ ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade.

Silveira (2000) concorda com Araújo e Melo (2007) quando afirma que o poder é um fenômeno social de manifestação de uma vontade coletiva com capacidade de produção de efeitos desejados que não ocorrerem espontaneamente.

Ou seja, a certeza de que é preciso agir, pois os efeitos não acontecem “espontaneamente”, mas sim, através do ser dotado de volição. Pois, só este é capaz de conhecer, conceber e divulgar uma ‘vontade’, isto é, o poder demanda informação. “Por isso [...] se afirma que informação é poder” (SILVEIRA, 2000, p.80).

[...] as grandes crises contemporâneas resultam do fosso que se cavou entre o fabuloso desenvolvimento das ciências (e do poder que assim é colocado nas mãos dos homens) e a estagnação dos conceitos éticos e políticos (que regem o modo de utilização desse poder). É o “*gap* moral”, para o qual as novas tecnologias informacionais podem contribuir [...] a partir da formulação e implementação de políticas públicas [...] que permitam o efetivo exercício da cidadania. A ciência da informação, ciência de caráter interdisciplinar, que tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese e efeitos) (Le Coadic, 1996), pode atuar na construção da cidadania [...]. Vickery (1989) afirma que a ciência da informação está identificada com o estudo da comunicação da informação na sociedade, o que pode significar efetiva contribuição para a facilitação dos processos de transferência de informações. (SILVEIRA, 2000, p.88).

Como visto, informação é conhecimento, conhecimento é poder. Uma informação desprovida de sentido é meramente um dado, algo que existe no real, mas não o transforma.

Só quando o ser cognocente apodera-se desse dado é que ele o transforma em conhecimento, num processo simbólico de infinitas ressignificações que caracterizam o ser humano como tal.

Este ser se junta a outros iguais para formar a trama social, que lhe é identitária, e daí estabelecer relações de classe e dominação, bem como relações de contingências e organizacionais. A informação, enquanto fenômeno social, preexiste, existe e pós-existe, ora como ela própria, ora como poder e ora como conhecimento.

O poder é um fenômeno social no qual uma vontade, individual ou coletiva, se manifesta com capacidade de estabelecer uma relação da qual resulta a produção de efeitos desejados, que de outra maneira não ocorreriam espontaneamente. [...], então, exige-se a existência de uma “vontade”, de uma “capacidade” para fazer valer a vontade, ou seja, a produção dos “efeitos desejados”, e, finalmente, da certeza de que é preciso agir, pois os efeitos não aconteceriam “espontaneamente”. Para **conhecer**, conceber ou divulgar uma “vontade” e também para avaliar a “capacidade” operacional [ser cognocente], o poder demanda informação. Por isso [...] se afirma que **informação é poder**, ou mais que isso, [a informação] é fator multiplicador e também medida de avaliação do poder. (SILVEIRA, 2000, p. 80).

Se a informação é conhecimento e o conhecimento é poder, então a informação é poder. Ou seja, a assimetria (anomalia/lacuna/incompletude na busca, transferência, apropriação e uso) da informação em ambientes organizacionais, traduzida nos desafios que o ambiente externo impõe a organização, é um elemento que gera incerteza: quem for capaz de diminuir a incerteza terá mais informações e consequentemente mais poder. Nesse sentido, os estudos de Crozier (1964) foi um marco.

Ele [Crozier] tomou um conceito pouco explicado, o poder, e o conectou ao conceito central da emergente teoria da firma, a incerteza. Uma das principais características das organizações, de acordo com a concepção behaviorista da firma, era que elas tentavam se comportar como se fossem sistemas. Além disso, elas faziam isso em um ambiente incerto. A capacidade de controlar tal incerteza representava, portanto, uma fonte potencial de poder. (CLEGG; HARDY, 2001, p. 265).

A informação adentra os seres sociais transformando-os e se transformando em conhecimento. Este ser social e humano, aliando habilidades e atitudes, produz competências, que podem ser pessoais ou organizacionais.

Segundo Le Goff (2003), citado por Junior e Cunha (2008), a organização da vida na cidade, nos séculos XI e XII, exigia uma divisão do trabalho, e, portanto, uma divisão da informação-conhecimento, para atender às mais variadas demandas, surgindo então ocupações como: sapateiro, tecelão, ferreiro, comerciante, jornaleiro e marceneiro, entre outras.

Essa dinâmica evidencia historicamente que informação era utilizada como equivalente a conhecimento e este conferia a seu detentor algum nível de poder quando, por exemplo, os aprendizes diminuía suas incertezas com os mestres-artesões.

Os aprendizes entravam nas guildas (oficinas artesanais pertencentes a grandes mestres-artesões) a partir do nível laboral mais baixo. Tendo trabalhado certo tempo como aprendiz, aprendiam os rudimentos de base da profissão e se tornavam produtores de novos conhecimentos, então se elevavam à posição de profissional (por exemplo, jornalista, sapateiro, ferreiro, marceneiro etc).

Clegg e Hardy (2001) salientam que um jornalista, por exemplo, exercia suas atividades em várias oficinas, aprimorando suas habilidades e conhecimentos com novos mestres, e poderia, com capital e as conexões certas, se tornar mestre.

Como tal, valendo-se do poder que o conhecimento dava acerca das informações da profissão, este mestre podia exercer o monopólio de seus conhecimentos e habilidades em uma região ou domínio, sendo um tirano incapaz de cultivar o aprendizado senão pelo medo; ou um bom tutor, passando suas competências adiante.

Essa relação informação/conhecimento/poder, na sua essência não variou muito desde as guildas até as modernas organizações e, de fato, quem domina conhecimentos ou possui informações tem a capacidade de diminuir incertezas junto às equipes de trabalho. Isso representa o exercício do poder no espaço organizacional, que toma forma através das bases pelas quais são exercidas a autoridade do cargo, pelas formas de liderar equipes, pela capacidade de negociar conflitos para que as equipes atinjam os resultados pretendidos.

2.1 PODER (POLÍTICA)

O exercício do poder acaba se constituindo, então, em uma atividade política nas organizações, atividade que é empreendida para superar resistências ou oposições. Segundo Pfeffer (1981), sem oposição ou desacordo dentro da organização, não há a necessidade nem a expectativa de se observar atividade política.

Os estilos de liderança, o poder centrado no *design* estrutural através da autoridade do cargo, os conflitos e retaliações, bem como a comunicação/informação que promove a interdependência das equipes de trabalho se destacam como elementos ao mesmo tempo componentes e de análise do poder organizacional.

Os indivíduos e grupos empreendem uma dinâmica social e cultural no ambiente de trabalho para repartir o poder, geralmente legítimo, que está centrado na autoridade do cargo

esculpido no organograma, nesse processo se alternam interesses que podem levar a conflitos e comprometer a consecução dos objetivos organizacionais.

Tudo isso forma um verdadeiro processo político dentro das organizações e, para Clegg e Hardy, a literatura a respeito em vez de se ater ao uso do poder para evitar o conflito, está voltada ao uso do poder para vencer o conflito quando liga o poder a situações de conflito que surgem quando grupos e indivíduos buscam preservar seus interesses ocultos, ideias estas defendidas em trabalhos de autores como Pettigrew (1973), MacMillan (1978), Pfeffer (1981 e 1992), Narayanan e Fahey (1982), Gray e Ariss (1985) e Schwenk (1989).

Essas definições evocam a ideia de uma “briga justa”, em que um grupo (normalmente a alta gerência) é forçado a utilizar seu poder para sobrepujar a oposição de outro (sindicatos intransigentes, empregados dissidentes). Tal análise é reforçada pela definição de política em termos de ilegitimidade. Uma definição comum de política na literatura gerencial é a do uso do poder não sancionado ou ilegítimo, no sentido de se alcançar objetivos não sancionados ou ilegítimos. Isso claramente implica a ideia de que esse uso do poder é disfuncional e objetiva frustrar iniciativas que possam beneficiar a organização em nome do interesse próprio. (CLEGG; HARDY, 2001, p. 270).

Segundo Mintzberg (1995), a essência política se refere ao comportamento de um indivíduo ou de um grupo que seja informal, tipicamente decisivo, e acima de tudo, no sentido técnico, ilegítimo – não é sancionado pela autoridade formal e ideologia aceita, nem por uma especialidade reconhecida, apesar de poder explorar cada uma delas.

O poder legítimo é o poder primaz na medida em que foi o primeiro a ser estudado e, por ter sua fonte na autoridade do cargo, é retomado e reiteradamente usado. Segundo Clegg e Hardy, a legitimidade nas organizações se refere às elites organizacionais, isto é, à alta gerência.

Assim, para autores como Watson (1982), os interesses gerenciais são igualados às necessidades da organização, e os gerentes, como qualquer outro grupo, utilizam a legitimidade para atender a seus próprios interesses ocultos. Nesse sentido, a perspectiva funcionalista tem classificado o poder como ilegítimo, disfuncional e como manifestação de um comportamento baseado no interesse próprio, notadamente, dos grupos dominantes dentro das organizações.

Os sistemas e estruturas organizacionais existentes não são neutros ou apolíticos, mas, basicamente, fenômenos estruturalmente sedimentados. Há uma história de conflitos encrustada na organização. A organização é um mundo de vida coletiva, cujos traços do passado estão ocultos, recolhidos, transformados e em busca de novos significados. De acordo com Weber, a organização já incorpora uma “estrutura de dominação” em seu

funcionamento. Autoridade, estrutura, ideologia, cultura e técnica estão, invariavelmente, saturados e imbuídos de poder, mas a tradição dominante toma as estruturas de poder ocultas no desenho formal da organização como um dado a ser aceito. O foco está no exercício de poder dentro de certa estrutura de dominação. Tal abordagem enfoca apenas superficialmente a política, deixando de representar o equilíbrio de poder. Atribui-se demasiado poder aos grupos subordinados que são repreendidos por usá-lo; já os caminhos obscuros usados pelos altos gerentes, por trás dos bastidores, a fim de fortalecer suas posições e seu poder, por meio da modelagem da legitimidade, dos valores, da tecnologia e da informação, são convenientemente excluídos da análise. Essa definição estrita (ver Frost, 1987) obscurece as reais práticas do poder e despolitiza a vida organizacional. Pinta um quadro ideologicamente conservador que, implicitamente, defende o *status quo* e esconde os processos pelos quais as elites organizacionais mantêm sua dominância (Alvesson, 1984). Mecanismos de dominação, tais como liderança, cultura e estrutura são usualmente tratados na literatura convencional como neutros, inevitáveis ou objetivos e, portanto, não problemáticos. (CLEGG; HARDY, 2001, p.271).

Alguns autores, segundo Clegg e Hardy, partem do pressuposto de que os gerentes utilizarão o poder responsavelmente, a fim de atingir os objetivos da organização, mesmo quando muito do que se sabe sobre o poder carismático vem do estudo de líderes, tais como Hitler e Mussolini.

Significa dizer que os estudos gerenciais funcionalistas assumem que os gerentes utilizam o poder responsavelmente na busca das metas organizacionais, enquanto quaisquer outros usam isso irresponsavelmente, a fim de evitar a consecução dessas metas.

Portanto, temas éticos e os potenciais abusos de poder (exploração) pelos grupos dominantes são subestimados, o que faz com que aqueles que desafiem as prerrogativas gerenciais sejam taxados com o rótulo “político”, fazendo com que em certo sentido as resistências e retaliações que levam aos conflitos de poder sejam um movimento político dentro das organizações. Um exemplo disso são os trabalhos sobre liderança que defendem o uso do carisma pelos gerentes. Assim, na visão funcionalista, a liderança seria utilizada apenas para reforçar o poder legítimo oriundo da estrutura hierárquica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscados os entendimentos entre a informação e o poder, discutiram-se alguns nexos e causalidades referentes a essa dinâmica no espaço organizacional.

Conclui-se considerando que informação é conhecimento, e conhecimento é poder, pois uma informação desprovida de sentido é meramente um dado, algo que existe no real, mas não o transforma.

Só quando o ser cognocente apodera-se desse dado é que ele o transforma em conhecimento, num processo simbólico de infinitas ressignificações que caracterizam o ser humano como tal. Este ser se junta a outros iguais para formar a trama social, que lhe é identitária, e daí estabelecer relações de classe e dominação, bem como de contingências e organizacionais.

A informação, portanto, preexiste, existe e pós-existe, ora como ela própria, ora como poder e ora como conhecimento. Se a informação é conhecimento e o conhecimento é poder, então a informação é poder. Ou seja, a assimetria (anomalia/lacuna/incompletude na busca, transferência, apropriação e uso) da informação em ambientes organizacionais, bem como o ambiente externo, é um elemento que gera incerteza: quem for capaz de diminuir a incerteza terá mais informações e consequentemente mais poder.

Ou seja, as organizações atuam em um ambiente incerto, portanto a capacidade de controlar tal incerteza representa uma fonte potencial de poder. Por conseguinte, a informação adentra os seres sociais transformando-os e se transformando em conhecimento que, aliado a habilidades e atitudes, produz competências pessoais ou organizacionais e dá ao seu detentor algum nível de poder.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ARAÚJO, E.A; MELO, A.V.C. Capital informacional e construção do poder simbólico: uma proposta epistemológica a partir de Pierre Bourdieu. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Ancib, 2007.

BARBALHO, C.R.S. Estrutura organizacional de bibliotecas universitárias: subsídio para sua composição. In: SEMINÁRIO NACIONAL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – SNBU, 2012, Gramado. **Anais...** Gramado: SNBU, 2012.

BARRETO, A.A. Monitoramento da informação para decisão estratégica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Ancib, 2007.

BARRETO, A.A. Uma historia da Ciência da Informação. In: **Para entender a Ciência da Informação**. Organização: Lidia Maria Brandão Toutain. Salvador: EDUFBA, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A especificidade da informação arquivística. **Revista Contracampo**, n.2, 1998. Disponível em <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/366>>. Acesso em: mai.2014.

BORKO, H. Information Science: what is it? *American Documentation*, v.19, n.1, p.3-5, 1968.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science* (JASIS), v. 5, n. 5, p. 351-360, 1991.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Alguns ousam chama-lo de poder. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W.R. *Handbook de estudos organizacionais*. Reflexões e novas direções. v.2. São Paulo: Atlas, 2001, p.260-289.

CROZIER, M. *The bureaucratic phenomenon*. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

FERREIRA, L.E.; ALMEIDA JÚNIOR, O.F. A mediação da informação no âmbito da arquivística. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.18, n.1, p.158-167, jan./mar. 2013.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da Informação. In: **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação**. Organização: Mariângela Spotti Lopes Fujita, Regina Maria Marteleto e Marilda Lopes Ginez de Lara. São Paulo: Cultura Acadêmica, Editora Marília, Fundepe Editora, 2008.

FOSKETT, D.J. **A Ciência da Informação como disciplina emergente**: implicações educacionais: ciência da informação ou informática. Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 53-69.

INGWERSEN, P. *Information retrieval interaction*. London: Taylor Graham, 1992.

JUNIOR, R.L.S.; ELIAS, A.A. **A filosofia de Michel Foucault e sua apropriação pela disciplina arquivística contemporânea**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, II , 2011. Rio de Janeiro, 2011.

JUNIOR, H.J.G.; CUNHA, M.V. **O museólogo como profissional da informação em Santa Catarina**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Ancib, 2008.

LIMA, G.A.B. Interfaces entre Ciência da Informação e a ciência cognitiva. *Ci. Inf.*, Brasília, v.32, n.1, p.77-87, jan./abr. 2003.

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficientes**: estruturas em cinco configurações. Tradução Ciro Bernardes. São Paulo: Atlas, 1995.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspec. Ci Inf.*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun.1996.

SILVA, J.L.C.; GOMES, H.F. O conceito da informação pelo viés da alteridade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Ancib, 2013.

SILVA, M.L.; MORIGI, V.J. Representações das práticas e da identidade profissional dos bibliotecários no mundo contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Ancib, 2008.

SILVA, O.T. Comunicação e Informação: caminhos de conexões. In: **O campo da Ciência da Informação**: gêneses, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. P. 49-59.

SILVEIRA, H.F.R. Um estudo do poder da Sociedade da Informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000.

SMIT, P.W. **Desafios da Ciência da Informação na contemporaneidade**: aula inaugural do PPGCI/UFBA em 2004.

WATSON, T.J. Group ideologies and organizational change. *Journal of Management Studies*, 19 (3), p.259-275, 1982.

ZILLER, J.; CARDOSO, T.L. Perfil da comunidade acadêmica da Escola de Ciência da Informação da UFMG: relações de poder e hierarquias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ancib, 2008.